

Prova seleciona candidatos do Estado de São Paulo para licenciatura e bacharelado em Letras-Libras

LUIZ SUGIMOTO

sugimoto@reitoria.unicamp.br

No próximo 1º de junho teremos um vestibular bem diferente, onde praticamente não se usará papel. Ocupando vinte salas da Faculdade de Educação (FE) e o Ciclo Básico da Unicamp, entre 800 e 1.200 candidatas do Estado de São Paulo concorrerão a 60 vagas para dois cursos de graduação a distância: licenciatura em Letras-Libras e bacharelado em tradução e interpretação Letras-Libras.

Todas as questões da prova serão realizadas em Língua Brasileira de Sinais; haverá apenas uma prova para avaliar a compreensão em língua portuguesa (para os candidatos surdos) e a condição bilíngüe para tradução (caso do bacharelado). Portanto, o candidato deverá ser proficiente em libras.

Como a prova não será distribuída em papel, as salas contarão com equipamentos de multimídia e insulfilmes nas janelas para assegurar a boa visibilidade da projeção. Na tela branca, uma intérprete passará em libras as instruções e o enunciado das questões. No decorrer do exame, as questões serão sinalizadas uma a uma, com tempo determinado para o candidato registrar a resposta (múltipla) em um cartão.

“Em cada sala estarão pelo menos dois fiscais, sendo que um deles deve saber libras fluentemente. Em caso de cola, o candidato sai da sala. É preciso ficar espertíssimo, pois um sinal trocado entre os candidatos pode indicar a resposta para o colega”, explica a professora Regina Maria de Souza, da Faculdade de Educação, coordenadora geral dos dois cursos.

A docente é responsável, juntamente com o Grupo Gestor de Projetos Educacionais (GGPE) do Gabinete do Reitor, pelas articulações entre os vários órgãos da Unicamp que estarão apoiando a logística do vestibular, dentre eles a Comissão Permanente para os Vestibulares – Comvest. “É uma logística complexa e muito nova para a Universidade, que contará com o apoio de inúmeros profissionais”.

A iniciativa faz parte de um convênio da Unicamp com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que elabora o vestibular e oferece os dois cursos a distância. A prova será realizada simultaneamente em outras 14 instituições de ensino superior do país, através do sistema de videoconferência. A oferta é de 900 vagas no total, com o início das aulas no segundo semestre deste ano.

Na Unicamp, os dois cursos, cada qual com 30 vagas, serão ministrados na Faculdade de Educação e no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). A licenciatura em Letras-Libras visa à formação de educadores surdos para o ensino fundamental. Já o bacharelado em tradução e interpretação é dirigido preferencialmente a alunos ouvintes, mas com vagas eventuais para surdos. No caso do bacharelado, este é o primeiro oferecimento no Brasil.

“O convite da UFSC para que a Unicamp participasse da rede veio em março do ano passado e foi aceito de imediato pelo reitor Tadeu Jorge, que se entusiasmou com o projeto”, afirma Regina de Souza, que coordena o pólo de Campinas, tendo como coordenadora as-



A mestrande e professora surda Regiane Pinheiro Agrella ministra aula na Faculdade de Educação e conversa com a bolsista Vanessa Martins (destaque): contribuição inédita

Surdos e ouvintes disputam um vestibular diferente na Unicamp



O engenheiro de computação Joni Amorim, da FEEC: acompanhamento de aspectos gerenciais e tecnológicos

sociada a professora Nina Virgínia de Araújo Leite, do IEL.

Entretanto, como o prazo para oficializar o convênio junto ao MEC ia até junho de 2007, foi necessário um esforço articulado para agilizar processos internos e submeter o projeto às congregações da FE e do IEL. “Sem o apoio da Reitoria, através do GGPE, e da direção das duas unidades, este convênio não teria acontecido”, diz a coordenadora.

Língua nativa – Regina de Souza explica que, até recentemente, nos decretos e nas leis de acessibilidade, as pessoas surdas eram entendidas apenas como deficientes. “Em 2002, houve uma importante mudança de postura do Estado com a lei 10.436, reconhecendo a libras como língua – e língua nativa (não-estrangeira), própria

das comunidades surdas. Com esta lei, rompeu-se a lógica e a ilusão de que o Brasil é um país monolíngüe”.

A professora, que realizou um estudo comparado das constituições de países como Suécia, Estados Unidos, França, Uruguai e Inglaterra, afirma que o Brasil é o único que traz em sua Constituição (1988), como cláusula pétreia, a definição do português como a língua nacional. “Temos então um paradoxo aparente, pois o Estado agora reconhece outra língua, por meio da qual se fazem sujeitos 2,5 milhões de brasileiros surdos”.

A lei 10.436 foi regulamentada em 2005, através do decreto 5.626, que por sua vez obriga cada escola ou universidade, pública ou privada, a disponibilizar um intérprete de libras ao aluno surdo. “A questão é como capacitar tantos intérpretes,

oportunizando-lhes a graduação, para que entrem dignamente no mercado. Temos muitos intérpretes leigos em exercício, mas que não conseguem passar por concursos e acabam como ‘técnicos de ensino’”, explica a professora da FE.

Comparação – O engenheiro de computação Joni Amorim, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC) da Unicamp, vai acompanhar aspectos gerenciais, tecnológicos e de implantação destes dois cursos de graduação em EaD, buscando inclusive comparações com o ensino presencial de língua de sinais. Será parte de pesquisa interdisciplinar de doutorado orientada pelos professores Mauro Miskulin, da FEEC, e Rosana Miskulin, da Unesp.

“Ainda existe certa resistência ao

EAD, pois vivemos um período de transição, quando professores que eram adeptos dos livros, do giz e da lousa passam a incorporar inovações tecnológicas. Mas não vejo outra maneira de formar tantos intérpretes e educadores surdos para escolas de mais de cinco mil cidades brasileiras”, diz o pesquisador.

Existem ainda poucas pesquisas tendo como tema o ensino de graduação a distância, pois a modalidade ainda é nova no Brasil. Todavia, Amorim acena como um resultado animador do Enad – exame do MEC que avalia o ensino superior. “Verificou-se que, em sete áreas de graduação onde esta comparação é possível, os alunos que realizaram cursos em EAD saíram-se melhor do que os colegas de aulas presenciais”.

Outro enfoque da pesquisa do doutorando, que interessa particularmente à UFSC, responsável pelos cursos de Letras-Libras a distância, é a avaliação dos índices e dos motivos de evasão de alunos nos pólos e do porque de algumas universidades terem desistido de participar de outras edições do projeto.

A professora Regina Maria de Souza acrescenta que, além de se beneficiar de pesquisas aqui realizadas para aperfeiçoar seu sistema de EAD, a UFSC espera que a Unicamp venha a gerar conteúdos e implantar seus próprios cursos na área de educação de surdos. “Dirão que estamos massificando o sistema com o EAD, o que não tem sentido. Tanto que a UFSC, com o conhecimento assimilado, vai lançar cursos em Letras-Libras totalmente presenciais. Uma modalidade de ensino não concorre e tampouco elimina a outra”.